

Lyra se irrita com o relator da CPI

■ Para deputado, Magalhães deveria ter pedido mais prazo para concluir relatório

Josemar Gonçalves — 22/10/93

BRASÍLIA — A declaração do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) de que a Mesa Diretora da Câmara contrariou o relatório final da CPI do Orçamento ao declarar a inocência dos deputados Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP) e Pedro Irujo (PMDB-BA) irritou o corregedor Fernando Lyra (PSB-PE) e provocou uma onda de solidariedade ao vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS). Em entrevista de Miami (EUA), o ex-relator da CPI garantiu que a providência correta seria prosseguir as investigações, embora Odacir Klein tivesse enviado uma carta à Mesa, atestando a inocência da dupla.

“O Roberto deveria ter pedido um prazo para concluir o trabalho, em vez de remetê-lo à Mesa com pendências e viajar em férias”, criticou Lyra. “O mínimo que Klein poderia fazer como vice-presidente da CPI era apresentar uma defesa dos dois”, argumentou o deputado Fernando Freire (PPR-RN), testemunhando a conclusão equivocada do relatório com a autoridade de quem participou dos levantamentos da Subcomissão de Bancos. “Odacir Klein é um homem justo e acima de qualquer suspeita, que se pronunciou depois de examinar as provas”, resumiu o presidente do PMDB, deputado Luiz Henrique.

De acordo com o relatório final defendido por Magalhães, a CPI entendeu que deveria investigar mais o deputado Jorge Tadeu porque ele era sócio da empresa JET Projetos e Construções, “que teve expressiva evolução patrimonial nos últimos três anos”. Documento da Junta Comercial de São Paulo atesta, no entanto, que o parlamentar não consta da relação de sócios da empresa desde outubro de 1991. No caso do deputado Pedro Irujo, o equívoco do relatório foi ainda mais grosseiro. A acusação contra ele foi de firmar convênio e receber recursos públicos para a “construção de cinco cooperativas”. Ocorre, porém, que o convênio foi firmado não para “construir” mas para “constituir” cooperativas, de acordo com a súmula do documento publicada no *Diário Oficial da União*.



Depois de ler as provas, Lyra concluiu que a Mesa não tinha alternativa senão inocentar Mudalen e Irujo